



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022  
ISSN 2177-3866

## **A RELAÇÃO ENTRE GOVERNANÇA LOCAL, VALOR SOCIAL E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DE INOVAÇÕES SOCIAIS**

**OTÁVIO LUIZ DE CASTRO ROMANO JUNIOR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

**BRUNO RAFAEL DIAS DE LUCENA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

**ARMANDO LIRIO DE SOUZA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Agradecimento à órgão de fomento:

AGRADECIMENTOS À FAPESPA E PROPESP UFPA.

# A RELAÇÃO ENTRE GOVERNANÇA LOCAL, VALOR SOCIAL E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DE INOVAÇÕES SOCIAIS

## RESUMO

Alcançar a sustentabilidade da inovação social é um processo cansativo e desgastante para gestores e a comunidade local. Nesse contexto inovações sociais têm sentido dificuldades em desenvolver projetos sustentáveis onde se percebe que poucas iniciativas tem obtido resiliência na região amazônica. Esse ensaio teórico disserta sobre a sustentabilidade da inovação social utilizando como pano de fundo o caso dos bancos comunitários amazônicos e discute sobre práticas de governança no processo de inovação social. Argumenta-se que a governança atua como elemento de intermediação entre o valor social percebido pela comunidade e a sustentabilidade influenciando diretamente nas dimensões de sustentabilidade: financeira (captação de recursos), redes de colaboração e voluntariado. Sugere-se uma abordagem de sustentabilidade baseada na participação efetiva da comunidade local (governança) com abertura para novos atores como o Estado enquanto agente financiador de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Banco comunitário, desenvolvimento sustentável, governança participativa, microcrédito, redes de colaboração.

## Introdução

A inovação social (IS) tem sido lembrada com maior frequência nos últimos anos como opção para organizações alcançarem a sustentabilidade e para melhorar a capacidade das sociedades de resolverem seus desafios sociais onde o mercado, as instituições e políticas públicas falham em suprir essas necessidades sociais (Avelino et al., 2019; Asenova & Damianova, 2018; Repo & Matschoss, 2020).

Dentre os conceitos instituídos para inovação social, destacamos o conceito de Phills, Deiglmeier e Miller (2008) que descrevem o significado de inovação social como qualquer resposta nova e útil para uma necessidade ou questão social, que seja superior às respostas existentes (método mais viável ou eficiente) e para a qual o valor gerado (benefícios) se acumule fundamentalmente para a sociedade em geral, e não para indivíduos.

A inovação social é capaz de impulsionar uma troca de ideias e valores entre atores públicos, privados e comunidade local proporcionando novas estruturas de governança (Baker & Mehmood, 2015; Repo & Matschoss, 2020), onde o tema principal é a criação de valor social para resolver problemas (Lautermann, 2013).

Um dos exemplos de inovação social mais conhecidos é o caso das instituições de microcrédito, como o Grameen Bank, fundado em 1976, a partir da formalização do conceito de microcrédito pelo vencedor do Prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus (Roodman, 2012).

No Brasil, há destaque para os bancos comunitários que possuem poder transformador da realidade social das comunidades e oferecem uma proposta de desenvolvimento sustentável e escalável a partir da parceria com prefeituras municipais e servem como instrumento de operacionalização de políticas públicas (Romano Jr., Lucena, Lirio de Souza, & Poletto, 2021). No entanto, enfrentam muitos desafios em relação à sustentabilidade onde em alguns casos

resulta na suspensão definitiva de seu funcionamento (Rigo, Filho, & Leal, 2015).

Nesse cenário, mais precisamente na região nordeste do país, pesquisadores constataram que um número crescente de bancos comunitários diminuiu as atividades de atendimento às solicitações de crédito ou estavam temporariamente sem atividades (Rigo et al., 2015).

Essa dificuldade de sustentabilidade da inovação social também pode ser observada na região Amazônica, onde foram instalados, durante os anos de 2009 a 2013, cerca de sete organizações sem fins lucrativos voltadas ao microcrédito em comunidades carentes na Região Metropolitana de Belém, mas que apesar do apelo de inovação social, apenas uma ainda resiste.

Nesse contexto é importante apontar a deficiente efetividade das políticas públicas na Amazônia dada pela falta de assessoramento, acompanhamento e monitoramento dos empreendimentos de microcrédito (Antonia & Arcanjo, 2018).

No entanto, talvez o modelo de sustentabilidade empregado atualmente por essas organizações seja insuficiente, ou seja, não são adequados para gerar a resiliência necessária neste contexto. Diante disso, faz-se necessário discutir a sustentabilidade da inovação social.

### Problema de pesquisa e objetivo

O processo de sustentabilidade da inovação social é bastante complexo e exaustivo, principalmente em relação à obtenção de recursos e financiamento, logo isso afeta a continuidade da inovação social ao longo do tempo (Martinelli, 2012).

Além disso, existem questões relacionadas a governança no processo de inovação social que precisam receber atenção mais explícita e auxiliar na compreensão sobre o motivo de uma inovação social surgir e se difundir em alguns lugares e em outros não (Baker & Mehmood, 2015).

Mas, existem poucos precedentes sobre estudos envolvendo governança e inovação social que ainda não é uma área consolidada teoricamente (Unceta, Castro-Spila, & García Fronti, 2017).

Pesquisa recente descobriu como a governança afeta o processo de inovação e potencializa o valor social percebido pela comunidade a partir de mudanças na estrutura de governança que possibilitam mais autonomia para a sociedade civil e maior colaboração entre atores com potencial de financiamento (Martins, Braga, Braga, & Ferreira, 2020).

Na literatura pertinente sobre o tema, existem divergências entre os pesquisadores sobre o papel dos atores sociais na governança da inovação social onde em alguns casos o Estado pode participar com governança hierárquica e interferir diretamente (Baker & Mehmood, 2015), em outros casos a comunidade pode preferir a governança comunitária e não manter relação direta com o Estado (Bock, 2016; Kluvankova et al., 2021), ou ainda a combinação das duas formas de governança pode ser o ideal (Dias & Partidário, 2019; Govigli et al., 2020; Unceta, Castro-Spila, & García Fronti, 2017).

De todo modo, a inovação social cria valor social, a partir dos objetivos sociais, que influencia como impulsionador da inovação social podendo acentuar a participação e colaboração das pessoas envolvidas através da governança (Courtney, 2018; Peredo & McLean, 2006).

Apesar de alguns autores reconhecerem que o valor social e a governança impulsionam a inovação social (Courtney, 2018; Dias & Partidário, 2019; Peredo & McLean, 2006) essa relação não está clara.

Portanto, esse ensaio teórico pretende fornecer uma compreensão mais clara, mas não exaustiva, sobre como a governança baseada no local (decisões compartilhadas com a comunidade) afeta os valores percebidos pelas pessoas e de que forma isso pode contribuir para a sustentabilidade da inovação social?

Nesse sentido, este trabalho busca suprir a lacuna de conhecimento sobre a necessidade

de melhores explicações de como ocorre o processo de criação conjunta entre comunidade, empreendimentos de inovação social e governo bem como seus respectivos papéis (Morais-da-Silva, Segatto, & Bezerra-de-Sousa, 2020).

O objetivo geral deste trabalho é discutir como a governança local e os valores sociais percebidos pela comunidade podem influenciar a sustentabilidade da inovação social. Por isso, pretende-se tratar sobre (I) as práticas de governança adotadas no processo de inovação social, (II) discutir a relação entre governança, valor social e sustentabilidade da inovação social e (III) Apontar direcionamentos para o fortalecimento da inovação social em comunidades.

## **Fundamentação teórica**

A fundamentação teórica do trabalho aborda os principais conceitos utilizados no ensaio teórico de forma objetiva apontando pontos que possam contribuir com a discussão sobre o tema.

### **Inovação social**

Unceta et al. (2017) sintetizam que a inovação social pode ser definida como a aplicação prática de ideias para desenvolver produtos, processos e métodos novos ou aprimorados e organizam criativamente os recursos aplicados localmente por meio de mecanismos de participação social e de cooperação entre outras organizações para resolver problemas sociais em áreas como saúde, emprego e cultura.

A inovação social se diferencia de outros tipos de inovação, principalmente, pelo seu caráter sustentável alinhado aos princípios da sustentabilidade que leva em conta os aspectos social, econômico e ambiental (Govigli et al., 2020).

Por outro lado, na visão de Andion, Alperstedt, Graeff, & Ronconi (2022) a inovação social vai além da tradição epistemológica de conceber esse conceito como sendo os empreendedores sociais os principais protagonistas e responsáveis pelo desenvolvimento de novas ideias, produtos e serviços, mas que o conceito é produto da colaboração e participação dos atores envolvidos nesse processo de criação.

Em relação aos atores, Moraes-da-Silva, Segatto, Justen, Bezerra-de-Sousa, & De-Carli (2021) destacam a participação de investidores anjos, fundos de investimento, universidades, empresas, governo e ONGs.

De acordo com Repo e Matschoss (2020), a inovação social se diferencia de outros tipos de inovação, pois está mais relacionada aos impactos sociais. Para esses autores, a inovação social pode ser concebida na sua essência como redes de pessoas agindo de novas maneiras. Então, os principais resultados de uma inovação social são tangíveis (material) e intangíveis (comportamento) (Neumeier, 2012).

Apesar da diversidade de atores envolvidos (locais e externos) no processo de inovação social, é importante destacar que não se pode desenvolver inovação social sem atividade local interna e conhecimento local (Kluvankova et al., 2021).

Isso ocorre pois, é imprescindível que o conhecimento local seja valorizado no processo de inovação social que deve abordar problemas relevantes para a comunidade local (Govigli et al., 2020).

De acordo com Moraes-da-Silva et al. (2021) as fases do processo de inovação são o reconhecimento do problema, análise de proposições e soluções (ideias), implementações, tentativa de mudança institucional e escalabilidade. Kluvankova et al. (2021) contribuem apontando inicialmente a geração de ideias para inovação social, após isso sucedem as fases de crescimento, teste e consolidação da inovação social, implementação e dimensionamento e mudanças necessárias para consolidar a inovação social.

Quadro 1: Fases do processo de inovação social

| Fase 1   | Fase 2   | Fase 3   | Fase 4   | Fase 5   |
|--|--|--|--|--|
| Reconhecimento   | Proposições  | Implementações   | Mudanças   | Consolidação e escalabilidade  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento do problema</li> <li>• Iniciativa</li> <li>• Empreendedorismo</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ideias</li> <li>• Projeto piloto</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Testes</li> <li>• Tentativa e erro</li> <li>• Recursos financeiros</li> <li>• Sustentabilidade</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudar as relações entre Estado-sociedade civil</li> <li>• Mudanças institucionais (legislação)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação</li> <li>• Escalonamento vertical ou profundo</li> </ul> |

Fonte: Elaborado com base em Morais-da-Silva et al. (2021) e Kluvankova et al. (2021).

Em síntese, o quadro 1 mostra as fases do processo de inovação social que podem ser não sequenciais. Portanto, algumas fases podem se sobrepor a outras sem que seja preciso terminar uma fase para iniciar outra. Assim como o processo pode retornar de uma fase para outra caso haja necessidade de correções e adaptações (Morais-da-Silva et al., 2021).

Sob a perspectiva de participação e governança, Neumeier (2012) destaca outros elementos importantes no processo de inovação como problematização (identificação do problema pelo indivíduo ou grupo), manifestação de interesse (motivação das pessoas em aderir a ideia proposta), e delineamento e coordenação (aprendizagem e evolução que poderá expandir ou contrair).

Então, o processo de inovação social se inicia com o compartilhamento de ideias e implementações da proposta, com participação efetiva e manifestação de interesse, sendo elemento crítico o envolvimento de atores locais com conhecimento local nas primeiras fases do processo de inovação social (Kluvankova et al., 2021).

## Governança

O conceito de governança adotado neste trabalho abrange a organização da ação coletiva semelhante as iniciativas de governança de base da sociedade civil e suas relações institucionais com organizações públicas ou privadas (González & Healey, 2005).

Para Unceta et al. (2017) a governança em inovação social funciona como um padrão de relações que combina diferentes modos de governança, onde as configurações desses padrões dependem dos tipos de agentes que impulsionam a inovação social. De todo modo, a inovação social demanda de novas práticas de governança (Baker & Mehmood, 2015).

De acordo com Dias e Partidário (2019) esse impulsionamento é obtido através da criação de conhecimento e empoderamento das pessoas. Isso contribui para o desenvolvimento da autogovernança onde indivíduos e a comunidade tem autonomia.

Unceta et al. (2017) definem três modos de governança (I) social que trata sobre o nível de envolvimento do público alvo (comunidade), (II) interorganizacional que representa a diversidade de atores envolvidos no processo de criação e cooperação e (III) sustentável que significa ações futuras para continuidade da inovação social. Entidades sem fins lucrativos podem apresentar um padrão de governança que prioriza a governança social e sustentável.

Por outro lado Dias e Partidário (2019) afirmam que os processos horizontais e verticais de governança podem estimular mais a capacidade transformadora da comunidade. Isso pode acontecer porque a inovação social pode ter efeito de transbordo onde atinge, replica e gera mudanças em outros sistemas mais amplos se implementada com sucesso.

A inovação social comumente é iniciada por indivíduos ou grupos em níveis de bairro, por isso a governança nesses níveis tem de suportar impactos negativos de políticas públicas, práticas excludentes e falta de infraestrutura adequada (Baker & Mehmood, 2015).

Em muitos casos, os bairros podem se tornar o ponto de partida para a mobilização coletiva com o intuito de superar a polarização e exclusão social (Baker & Mehmood, 2015). Apesar de as iniciativas de baixo para cima (comunidade local) serem imprescindíveis quanto ao desenvolvimento de inovação social, a participação de atores de cima para baixo (políticas públicas) é fundamental para o fortalecimento do desenvolvimento local (Baker & Mehmood, 2015).

Em contraste, Bock (2016) aponta que em alguns casos a governança local pode preferir fortalecer os laços com a comunidade e manter relacionamento à distância do governo devido ao pouco incentivo ou dificuldades de relacionamento.

Apesar de o governo assumir um papel fundamental na promoção e financiamento da inovação social, o processo de participação e beneficiamento geralmente demoram devido à burocracia, portanto isso gera dificuldade e demora no repasse de recursos (Martins et al., 2020).

Mesmo assim, Baker e Mehmood (2015) afirmam que a participação do Estado na governança de cima para baixo pode facilitar a inovação social protegendo contra falhas de coordenação. Esses autores defendem o desenvolvimento de novos padrões de governança baseados na governança hierárquica do Estado com o papel de ator na iniciação e coordenação do processo de inovação social.

De todo modo, o grau de participação de cada ator pode variar bastante. Govigli et al. (2020) identificaram que as inovações sociais podem apresentar divergências em relação a participação de cada ator como o setor público (conselhos, municípios), privado (cooperativas, comércios) e setores sem fins lucrativos (fundações, associações comunitárias).

Portanto, é preciso tomar cuidado em relação à participação de muitos atores. Pois isso pode dificultar a coordenação da participação. É recomendável definir claramente os papéis dos atores (Neumeier, 2017).

## **Valor social**

O valor social é o produto dos objetivos sociais da inovação social dado pela percepção das pessoas pela forma e/ou maneira (governança) que a inovação social é conduzida e principalmente pelos resultados de bem-estar proporcionados à comunidade local (Peredo & McLean, 2006).

Para Vasconcellos Oliveira (2021) os valores e as obrigações morais podem ser um componente integrador da inovação social, devido a possibilidade de provocar mudanças na estrutura moral ou de crenças da sociedade.

A visão de Neumeier (2012) complementa o entendimento sobre como os valores influenciam a inovação social ao afirmar que as inovações sociais são mudanças de atitudes, comportamentos, ou percepções de um grupo com o mesmo interesse e conduzem a novas formas de ação colaborativa dentro e fora do grupo.

A criação de valor social se dá através de processos de inovação social onde a governança participativa e democrática proporciona à comunidade apropriação dos assuntos de seu interesse (Courtney, 2018).

De acordo com Sarkki et al. (2019) esses valores são derivados principalmente das relações entre as pessoas, as pessoas e a natureza e as responsabilidades em relação a essas relações, onde os valores humanos são catalizadores da inovação social.

A partir dessas relações provocadas pelas atividades que as pessoas realizam em torno da inovação social decorrem benefícios como aumento da resiliência e auto-estima, além de proporcionar maior engajamento das pessoas com o mesmo propósito e fortalecimento e confiança do grupo (Courtney, 2018).

Gasparin et al. (2021) apontam que os valores sociais podem ser percebidos pela

promoção da identidade local, valorização e proteção das tradições locais. Para isso, é preciso definir uma proposta de valor para a comunidade e as questões que serão abordadas pela inovação social.

Essa prática de valorização da arte local através de pessoas da comunidade pode facilitar a implementação da inovação social ao proporcionar a inclusão e participação dos beneficiários (Taylor, Torugsa, & Arundel, 2020).

Para Vasconcellos Oliveira (2021) a inovação social é uma arma para alcançar o desenvolvimento sustentável justo. Afirma ainda que a preocupação com o bem-estar das gerações futuras é um caso de inovação social.

Nesse sentido, Asenova e Damianova (2018) afirmam que a inovação social tem importante papel no desenvolvimento da sustentabilidade, pois introduz novas práticas sociais para a construção de economias e estilos de vida sustentáveis.

Porém introduzir novas práticas em uma sociedade pode ser um desafio. Severo, de Guimarães e Henri Dorion (2018) identificaram que os mais jovens (geração Y) podem ter menor sensibilidade a consciência socioambiental.

Por outro lado, a geração contemporânea apresenta preocupação com o bem-estar das gerações futuras e disposição em mudar padrões de comportamento e adotar formas mais sustentáveis de viver (Vasconcellos Oliveira, 2021).

Além disso, as organizações podem ter um papel determinante na disseminação de valores que contribuam com a conscientização sobre sustentabilidade (Severo et al., 2018; Vasconcellos Oliveira, 2021).

Portanto, cabe aos atores de inovação social canalizarem esforços para melhor aproveitar a oportunidade de fortalecer valores e princípios válidos para incentivar mudanças de comportamento mais sustentáveis, mesmo que em longo prazo (Vasconcellos Oliveira, 2021).

## **Discussão**

Apesar de as iniciativas sociais conseguirem, através da inovação social, amenizar as demandas sociais por determinados serviços, a sustentabilidade da inovação social é um desafio permanente e cansativo (Martinelli, 2012).

Alguns autores reconhecem que a inovação social influencia na sustentabilidade das organizações (Zainol, Zainol, Ibrahim, & Afthanorhan, 2019). Por outro lado, o processo de mobilização de iniciativas sociais inovadoras demanda muito esforço para captar recursos financeiros/fundos. Com isso, muitas inovações pioneiras não se tornam duráveis ou institucionalizadas (Martinelli, 2012).

Martinelli (2012) aponta duas dimensões da sustentabilidade em inovação social: A primeira trata-se de sustentar a inovação social ao longo do tempo, e a segunda é sobre a ampliação da inovação social do nível micro e local para um nível mais amplo.

O recurso financeiro tem sido apontado como fator crítico na sustentabilidade de longo prazo das inovações sociais. Govigli et al. (2020) apontam fases financeiras de um projeto de inovação social como financiamento inicial para instalação e despesas de funcionamento. Esses autores recomendam que seja feita estratégia de captação de recursos para assegurar a sustentabilidade do projeto a longo prazo.

Resultados de estudos sugerem que a institucionalização pode ser um fator crítico na sustentabilidade da inovação social (Katonáné Kovács, Varga, & Nemes, 2016). Além disso, sustentar uma inovação social depende do apoio e empenho de parceiros fora da comunidade local (Neumeier, 2017).

Alguns projetos de inovação social que demandam de grande volume de financiamento podem ser mais dependentes e propensos a fazerem parte de redes de organizações e contextos

mais amplos para estabelecerem maiores articulações (Kirwan, Ilbery, Maye, & Carey, 2013).

Em relação a parceiros externos, Govigli et al. (2020) recomenda que desde o início do processo de inovação social deve haver aproximação com formuladores de políticas públicas para beneficiar a sustentabilidade de longo prazo do projeto.

Inovações sociais podem subsistir de alguma maneira com baixo impacto, mas estabelecer parcerias com movimentos maiores provoca crescimento e expansão das ações de inovação (Alvord, Brown, & Letts, 2004).

Para Lukesh (2007) a responsabilidade compartilhada é a forma de governança mais adequada para se alcançar o nível da sustentabilidade através de redes de cooperação, parcerias verticais e gestão e financiamento descentralizados.

Portanto, a sustentabilidade da inovação social dependente de fatores financeiros como captação de recursos que pode ser obtida pela construção de redes de colaboração e parcerias desde que a iniciativa social demonstre claramente seus resultados em valor social (Martins et al., 2020).

### **A relação entre governança, valor social e sustentabilidade**

A literatura sugere haver forte relação entre inovação social, governança e valor social. Primeiro porque a inovação social cria valor social (Courtney, 2018; Foroudi, Akarsu, Marvi, & Balakrishnan, 2021). E isso pode acontecer de forma direta por meio de projetos e/ou programas e de forma indireta através de processos de mudança e participação tendo como fim a entrega de valor social (Courtney, 2018).

Em segundo lugar, os objetivos sociais, transformados em valor social, funcionam como impulsionadores do empreendimento de inovação social (Peredo & McLean, 2006). Para Courtney (2018) o valor social percebido pela comunidade pode provocar maior participação, voluntariado e interesse em participar de ações de inovação social no futuro quando beneficiários notam a mudança impulsionada pela sua participação.

Para isso, é necessário observar as fases iniciais do processo de inovação social (ver quadro 1) no que se refere ao reconhecimento do problema, proposição de ideias e implementações e testes da proposta.

Na etapa de identificação do problema é fundamental estimular o interesse dos atores locais através da proposição de ideias para resolver o problema e valorizar o conhecimento local (Neumeier, 2012; Kluvankova et al., 2021).

Nesse caminho a governança atua como papel de intermediação entre a inovação social, valor social e sustentabilidade. A governança participativa e democrática proporciona sentimento de pertencimento e orgulho da comunidade em fazer parte das decisões do projeto, e isso pode ser feito através de reuniões periódicas onde todos tem igualdade de voto (Peredo, 2003).

A governança em inovação social pode combinar diferentes modos de governança a depender das características dos atores envolvidos no processo de inovação, onde a criação e valorização de conhecimento e empoderamento da comunidade podem contribuir para a autonomia das pessoas (Dias & Partidário, 2019; Unceta et al., 2017).

A figura 1, abaixo, exemplifica a interação entre a inovação social e governança enquanto caminho crítico para a criação de valor social. A percepção que a comunidade tem sobre o valor social entregue pelo projeto funciona como resposta que impulsiona a participação continua das pessoas no projeto e contribui para a sustentabilidade da inovação social (Courtney, 2018).

Figura 1: Relação entre governança, valor social e sustentabilidade.

| GOVERNANÇA  | VALOR SOCIAL  | SUSTENTABILIDADE   |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Participação social</li> <li>Conhecimento local</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Interesse da comunidade</li> <li>Impulsioneamento da participação das pessoas</li> <li>Mudanças sociais</li> </ul>                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Voluntariado</li> <li>Interesse em participar de ações futuras</li> <li>Doações individuais</li> <li>Pertencimento</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Práticas democráticas de governança</li> <li>Combinação de diferentes modos de governança</li> <li>Responsabilidade compartilhada</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Governança participativa</li> <li>Auto governança</li> <li>Autonomia</li> <li>Colaboração</li> <li>Participação do Estado</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Redes de colaboração</li> <li>Novos parceiros</li> <li>Efetividade de políticas públicas</li> </ul>                           |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, o valor social consegue impulsionar diretamente algumas dimensões fundamentais para a sustentabilidade da inovação social como a financeira que pode obter impactos positivos em captação de recursos (Martins et al., 2020).

Esses impactos podem surgir tanto com a obtenção de novos parceiros e/ou financiadores para o projeto como também fortalecer o engajamento da comunidade em participar com mais ênfase das atividades de captação de recursos como eventos, programações e produção de serviços e produtos para gerar receita (Courtney, 2018; Martins et al., 2020).

Além disso, existe um ator/parceiro importante nessa busca pela sustentabilidade que é o Estado. Combinar modos de governança que possibilitem a interação com políticas públicas de financiamento e compartilhamento de decisões que não interfiram na autonomia da comunidade pode ser o modo de governança ideal (Dias & Partidário, 2019; Govigli et al., 2020; Unceta, Castro-Spila, & García Fronti, 2017).

Portanto, cabe aos dirigentes e líderes locais de inovação social desenvolverem arranjos de governança local que possibilite alcançar melhores resultados em valor social para impulsionar a sustentabilidade.

Nesse sentido, sugere-se uma combinação entre um modelo de governança local fortalecido pelas iniciativas de políticas públicas e participação democrática entre os atores envolvidos no processo de inovação social.

## O caso dos bancos comunitários da Amazônia

Iniciativas como as inovações sociais de microcrédito podem ser vistas como meio de operacionalizar políticas públicas de acesso ao crédito e desenvolvimento local, pois se tornou um desafio democratizar esse tipo de serviço à populações socialmente excluídas pelo sistema (Romano Jr. et al., 2021).

Os bancos comunitários brasileiros, em especial, os bancos comunitários localizados na região Amazônica enfrentam diversos desafios relacionados a sua sustentabilidade como (I) a participação dos atores da comunidade e a continuidade da participação das ações futuras, (II) novos parceiros e (III) participação do estado.

No caso das inovações de microcrédito baseadas em crédito e consumo é necessário prever a aproximação entre comerciantes e a comunidade para alinhar o interesse das partes interessadas e assegurar a participação e democracia no processo de criação da inovação social

(Ansorena et al., 2021).

Em relação ao processo de inovação dos bancos comunitários parece haver maiores barreiras em relação à etapa de manifestação de interesse das pessoas. Em alguns casos os bancos comunitários se esforçam bastante para fazer a inovação social ser aceita por não conseguirem convencer outros parceiros e partes interessadas a adotarem a inovação (Ansorena, Diniz, Siqueira, & Pozzebon, 2021).

Isso pode acontecer porque esse tipo de inovação social depende da participação de dois atores locais: o consumidor e o comerciante. Majoritariamente a participação do consumidor é mais rápida, pois seu papel é tomar empréstimo para consumo. No entanto, o comerciante, por vezes pode se sentir inseguro em relação à adesão a intermediação feita pelo banco comunitário ou mesmo por preferir outros sistemas tradicionais de operação de crédito e débito.

É necessário adotar um modelo de governança capaz de gerar interesse da comunidade e apropriação da inovação social por parte dos atores locais de modo a assegurar a autonomia das pessoas.

No caso dos bancos comunitários amazônicos apenas um ainda resiste em funcionamento ativo que é o Banco Tupinambá, localizado na Baía do Sol em Mosqueiro/PA, que possui como uma das principais características o envolvimento constante da comunidade em ações sociais e outros projetos de inovação social como produção de mel, empoderamento feminino e atividades de lazer (Romano Jr. et al., 2021).

Outro fato merece ser incluído nessa discussão. Durante o início de seu processo de inovação social, o Banco Tupinambá conseguiu seu primeiro lastro através da doação de um grupo de estudantes universitários que faziam pesquisa no projeto e decidiram que valia a pena apoiar a causa.

Isso sugere que a governança adotada molda a relação da inovação social com a comunidade e suas partes interessadas e afeta o valor social que consolida a participação das pessoas que se apropriam da IS. Essa dinâmica impulsiona a dedicação das pessoas em manter a IS em funcionamento, logo elas se dedicam mais as atividades da IS inclusive em ações de captação de recursos.

Mas não somente isso, existe uma série de deficiências nas políticas públicas de apoio a essas instituições na Amazônia. Dessa forma, não cabe somente dizer que um modelo de governança aberto poderia solucionar o problema. É necessária iniciativa por parte do formulador de políticas públicas para fazer parte desse processo que gera desenvolvimento sustentável que é tão necessário na Amazônia.

Portanto, deve-se investir em políticas públicas eficientes para amparar e fortalecer essas iniciativas de inovação social na Amazônia (Antonia & Arcanjo, 2018) que apresentam dificuldades em alcançar sustentabilidade. Haja vista que existe um baixo índice de desenvolvimento humano em regiões florestais no Brasil (United Nations Development Program - UNDP, 2020).

## **Conclusão**

Este trabalho propôs um ensaio teórico sobre a sustentabilidade da inovação social com o objetivo de discutir teoricamente a relação entre governança, valor social e sustentabilidade.

Como resposta aos objetivos específicos deste trabalho tem-se que (I) as práticas de governança adotadas no processo de inovação social devem ser prioritariamente combinadas ao perfil dos atores envolvidos no processo de inovação de modo que possibilite a entrada de novos atores; (II) a governança pode atuar como variável moderadora entre as variáveis valor social e sustentabilidade da IS e a partir dessa relação sugerimos que podem ocorrer efeitos positivos sobre a sustentabilidade da IS; e (III) destaca-se a necessidade de iniciativa por parte dos agentes

formuladores de políticas públicas no processo de inovação social.

Argumenta-se que práticas de governança baseadas em participação democrática influenciam positivamente na entrega de valor social às pessoas e isso acentua a colaboração e engajamento da comunidade beneficiada pela inovação social que influencia na sustentabilidade no que diz respeito ao voluntariado e participação contínua na IS.

Assim como esse modelo de governança possibilita a entrada de novos atores e isso afeta a variável rede de colaboração e captação de recursos. Por isso, recomenda-se um modelo alternativo para abordar a sustentabilidade da inovação social, onde a governança atua como variável moderadora.

Na prática, a inovação social pode experimentar maior engajamento dos membros da comunidade em ações de captação de recursos e estimular o interesse em parceiros para a rede de colaboração, o que pode beneficiar a dimensão financeira da IS que é um fator crítico de sustentabilidade.

A contribuição teórica do trabalho se concentra na discussão e maior compreensão sobre como a governança interfere no valor social percebido pelos atores e como a governança pode afetar as dimensões de sustentabilidade da IS: financeira (captação de recursos), redes de colaboração e voluntariado.

## REFERÊNCIAS

- Alvord, S. H., Brown, L. D., & Letts, C. W. (2004). Social Entrepreneurship and Societal Transformation: An Exploratory Study. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 40(3), 260–282. <https://doi.org/10.1177/0021886304266847>
- Andion, C., Alperstedt, G. D., Graeff, J. F., & Ronconi, L. (2022). Social innovation ecosystems and sustainability in cities: a study in Florianópolis, Brazil. *Environment, Development and Sustainability*, 24(1), 1259–1281. <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01496-9>
- Ansorena, A., Diniz, E. H., Siqueira, E. S., & Pozzebon, M. (2021). From Community Bank to Solidarity Fintech: The Case of Palmas e-Dinheiro in Brazil. In *Innovations in Social Finance* (pp. 251–268). [https://doi.org/10.1007/978-3-030-72535-8\\_12](https://doi.org/10.1007/978-3-030-72535-8_12)
- Antonia, M., & Arcanjo, S. De. (2018). Para Uma Nova Economia: Percepção de Representantes de Organizações de Economia Solidária Sobre o Impacto das Ações da SENAES em Belém (PA). *Pesquisa & Debate. Revista Do Programa de Estudos Pós-Graduados Em Economia Política.*, 29(1(53)), 215–236.
- Asenova, D., & Damianova, Z. (2018). The Interplay Between Social Innovation and Sustainability in the CASI and other FP7 Projects. *Atlas of Social Innovation: New Practices for a Better Future*, 43–46.
- Avelino, F., Wittmayer, J. M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., ... O’Riordan, T. (2019). Transformative social innovation and (dis)empowerment. *Technological Forecasting and Social Change*, 145(May 2015), 195–206. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.05.002>
- Baker, S., & Mehmood, A. (2015). Social innovation and the governance of sustainable places. *Local Environment*, 20(3), 321–334. <https://doi.org/10.1080/13549839.2013.842964>

- Bock, B. B. (2016). Rural Marginalisation and the Role of Social Innovation; A Turn Towards Nexogenous Development and Rural Reconnection. *Sociologia Ruralis*, 56(4), 552–573. <https://doi.org/10.1111/soru.12119>
- Courtney, P. (2018). Conceptualising Social Value for the Third Sector and Developing Methods for Its Assessment. In *Voluntas* (Vol. 29). <https://doi.org/10.1007/s11266-017-9908-3>
- Dias, J., & Partidário, M. (2019). Mind the gap: The potential transformative capacity of Social Innovation. *Sustainability (Switzerland)*, 11(16), 1–17. <https://doi.org/10.3390/su11164465>
- Foroudi, P., Akarsu, T. N., Marvi, R., & Balakrishnan, J. (2021). Intellectual evolution of social innovation: A bibliometric analysis and avenues for future research trends. *Industrial Marketing Management*, 93(February), 446–465. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2020.03.026>
- Gasparin, M., Green, W., Lilley, S., Quinn, M., Saren, M., & Schinckus, C. (2021). Business as unusual: A business model for social innovation. *Journal of Business Research*, 125(March 2019), 698–709. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.01.034>
- González, S., & Healey, P. (2005). A sociological institutionalist approach to the study of innovation in governance capacity. *Urban Studies*, 42(11), 2055–2069. <https://doi.org/10.1080/00420980500279778>
- Govigli, V. M., Alkhaled, S., Arnesen, T., Barlagne, C., Bjerck, M., Burlando, C., ... Górriz-Mifsud, E. (2020). Testing a framework to co-construct social innovation actions: Insights from seven marginalized rural areas. *Sustainability (Switzerland)*, 12(4), 1–26. <https://doi.org/10.3390/su12041441>
- Katonáné Kovács, J., Varga, E., & Nemes, G. (2016). Understanding the process of social innovation in rural regions: Some hungarian case studies. *Studies in Agricultural Economics*, 118(1), 22–29. <https://doi.org/10.7896/j.1604>
- Kirwan, J., Ilbery, B., Maye, D., & Carey, J. (2013). Grassroots social innovations and food localisation: An investigation of the Local Food programme in England. *Global Environmental Change*, 23(5), 830–837. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2012.12.004>
- Kluvankova, T., Nijnik, M., Spacek, M., Sarkki, S., Perlik, M., Lukesch, R., ... Brnkalakova, S. (2021). Social Innovation for Sustainability Transformation and its Diverging Development Paths in Marginalised Rural Areas. *Sociologia Ruralis*, 61(2), 344–371. <https://doi.org/10.1111/soru.12337>
- Lautermann, C. (2013). The ambiguities of (social) value creation: towards an extended understanding of entrepreneurial value creation for society. *Social Enterprise Journal*, 9(2), 184–202. <https://doi.org/10.1108/sej-01-2013-0009>
- Lukesh, R. (2007). *The LAG-Handbook. A guide through the stunning world of local action groups*. Brussel: Leader+ Observatory Contact Point. Retrieved from [http://www.terport.hu/webfm\\_send/558](http://www.terport.hu/webfm_send/558)
- Martinelli, F. (2012). Social Innovation or Social Exclusion? Innovating Social Services in the Context of a Retrenching Welfare State. In H.-W. Franz, J. Hochgerner, & J. Howaldt (Eds.), *Challenge social innovation* (Vol. 9783642328). <https://doi.org/10.1007/978-3-642-32879-4>

- Martins, T., Braga, A., Braga, V., & Ferreira, M. R. (2020). The social innovation Momentum: a qualitative analysis of governance and funding processes. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 17(1), 97–120. <https://doi.org/10.1007/s12208-019-00238-y>
- Morais-da-Silva, R. L., Segatto, A. P., & Bezerra-de-Sousa, I. G. (2020). Connecting Two Sides: A Qualitative Study on Social Innovation Ventures and Poor Communities in an Emerging Economy. *Voluntas*, 31(5), 966–980. <https://doi.org/10.1007/s11266-019-00156-x>
- Morais-da-Silva, R. L., Segatto, A. P., Justen, G. S., Bezerra-de-Sousa, I. G., & De-Carli, E. (2021). The social innovation process: exploring the specificities in a developing context. *Business Process Management Journal*. <https://doi.org/10.1108/BPMJ-07-2021-0439>
- Neumeier, S. (2012). Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? - Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. *Sociologia Ruralis*, 52(1), 48–69. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x>
- Neumeier, S. (2017). Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. *Geographical Journal*, 183(1), 34–46. <https://doi.org/10.1111/geoj.12180>
- Peredo, A. M. (2003). Emerging strategies against poverty the road less traveled. *Journal of Management Inquiry*, 12(2), 155–166. <https://doi.org/10.1177/1056492603012002006>
- Peredo, A. M., & McLean, M. (2006). Social entrepreneurship: A critical review of the concept. *Journal of World Business*, 41(1), 56–65. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.10.007>
- Phills, James A.; Deiglmeier, Kriss; Miller, D. T. (2008). Innovation, innovation, innovation. *Stanford Social Innovation*, 6(4), 34–43.
- Repo, P., & Matschoss, K. (2020). Social innovation for sustainability challenges. *Sustainability (Switzerland)*, 12(1), 1–12. <https://doi.org/10.3390/su12010319>
- Rigo, A. S., Filho, G. C. de F., & Leal, L. P. (2015). Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições. *Desenvolvimento Em Questão*, (31), 70–107.
- Romano Jr., O. L. C., Lucena, B. R. D., Lirio de Souza, A., & Poletto, T. (2021). *The Evolution of Community Development Banks Influenced by E-Payment and Its Social Impact on Brazil*. 229–249. <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-9035-5.ch013>
- Roodman, B. Y. D. (2012). Think Again : Microfinance. *Foreign Policy*, 1.
- Sarkki, S., Ficko, A., Miller, D., Barlagne, C., Melnykovich, M., Jokinen, M., ... Nijnik, M. (2019). Human values as catalysts and consequences of social innovations. *Forest Policy and Economics*, 104(March), 33–44. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2019.03.006>
- Severo, E. A., de Guimarães, J. C. F., & Henri Dorion, E. C. (2018). Cleaner production, social responsibility and eco-innovation: Generations' perception for a sustainable future. *Journal of Cleaner Production*, 186, 91–103. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.03.129>
- Taylor, R., Torugsa, N. (Ann), & Arundel, A. (2020). Organizational Pathways for Social Innovation and Societal Impacts in Disability Nonprofits. *Voluntas*, 31(5), 995–1012.

<https://doi.org/10.1007/s11266-019-00113-8>

Unceta, A., Castro-Spila, J., & García Fronti, J. (2017). The three governances in social innovation. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 30(4), 406–420. <https://doi.org/10.1080/13511610.2017.1279537>

United Nations Development Program - UNDP. (2020). “*Ranking IDHM Unidades da Federação 2010.*” 2020.

Vasconcellos Oliveira, R. (2021). Social innovation for a just sustainable development: Integrating the wellbeing of future people. *Sustainability (Switzerland)*, 13(16). <https://doi.org/10.3390/su13169013>

Zainol, N. R., Zainol, F. A., Ibrahim, Y., & Afthanorhan, A. (2019). Scaling up social innovation for sustainability: The roles of social enterprise capabilities. *Management Science Letters*, 9(3), 457–466. <https://doi.org/10.5267/j.msl.2018.12.005>